

Portuários de todo o País vão entrar em greve em fevereiro

Os portuários de portos públicos de todo o País vão fazer uma greve de 24 horas no dia 8 de fevereiro. O motivo da paralisação é reivindicar uma solução para o desequilíbrio financeiro no Portus, o nosso fundo de previdência complementar, que está com um rombo de cerca de R\$ 4 bilhões, o que tem impedido o repasse à categoria.

Se o governo não negociar até lá, a greve deve se estender por tempo indeterminado, a partir do dia 23 do mesmo mês. A greve deve atingir entre 25 mil e 30 mil trabalhadores.

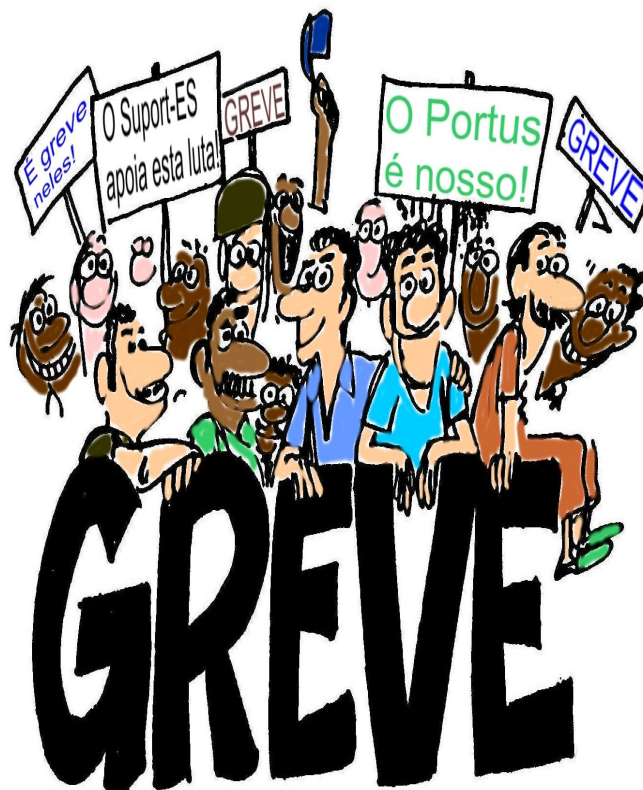
O calendário foi aprovado em reunião das lideranças sindicais na última sexta-feira, dia 6 de janeiro, em Santos, litoral de São Paulo.

Os diretores do Suport-ES, Marildo Capanema, Gilmar Bastos, Roberto Hernandez e Herval Nogueira Junior estiveram presentes representando os portuários capixabas.

Segundo o presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Guterra, dos 30 sindicatos filiados à associação, 11 têm o Portus. No dia 24 deste mês serão feitas assembleias para comunicar aos companheiros os rumos do movimento. Lembramos que no dia 23 também acaba o prazo da intervenção feita no Portus pelo governo, desde setembro do ano passado.

"Antes da mobilização vamos buscar audiências com a Secretaria de Portos (SEP), o Ministério da Previdência Social e a Secretaria Geral da Presidência da República", disse Guterra.

O rombo nos cofres do Portus se deve à falta de repasse dos valores pelas companhias docas. Ainda há mais R\$ 1,2 bilhão referente a uma dívida da já extinta Portobras e nenhuma medida para resolver o problema foi apontada.



O ideal, segundo o presidente da FNP, seria fazer um novo levantamento do total devido.

A SEP diz que está criando um grupo para acompanhar a intervenção com a participação de três trabalhadores, mas até agora nada se resolveu sobre o impasse.

ACORDO

Também estamos de olho no nosso Acordo Coletivo, que vence em maio. A luta é pelo reajuste de acordo com o INPC. Além do Porto de Vitória, Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Natal e Belém do Pará não assinaram acordo, sendo que o governo vetou algumas cláusulas que já haviam sido negociadas com as companhias docas.